



Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 1976

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 246ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1976 (SEXTA-FEIRA)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 247ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Domício Scaramella.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Maurício Fruet, Antônio Facci, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Accioly Neto, Adalberto Daros, Ezequias Losso, Hélio Manfrinato, Muggiati Filho, Otássio Pereira, (23); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Gabriel Manoel, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (31).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (MAURÍCIO FRUET) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 23 Srs. Deputados.

O SR. OSVALDO MACEDO (PELA ORDEM) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (MAURÍCIO FRUET) — A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada nominal 17 Srs. Deputados. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 04, sábado, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 453/76.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 313/76.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 314/76.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados: Domício Scaramella e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserto na Ata desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JÁCOMO BASSANI, ocorrido hoje nesta Capital.

O infausto acontecimento vem enlutar a família curitibana, em meio a qual, o falecido, gozava de grande estima e consideração.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1976.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Dr. LAURO PEREIRA CORDEIRO, ocorrido em data de ontem, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

Levanta-se a Sessão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, e após ouvido o douto Plenário, requer seja oficiado aos Exmos. Srs. Presidente da República, Ministro da Educação e Secretário de Educação e Cultura do Paraná, para que seja criado e instalado com a máxima urgência, um Colégio Agrícola no Município de Palotina.

Este Município, sendo capital do soja do Paraná, tem todas as credenciais para que possa ser instalado um Colégio Técnico Agrícola, para a formação de técnicos de que necessitam, ali, não precisando transportá-los de outros Estados e cidades, e dando condições aos filhos de colonos a se aprimorarem nas técnicas, para que com o desenvolvimento agrícola, eles não continuem estacionados.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, depois de ouvido o douto Plenário, requer a V. Exa. se digne a enviar à TELEPAR através de S. Exa. o Sr. Presidente, ofício no sentido de que sejam instalados nas localidades de Rancho Alegre, Bandeirantes D'Oeste e Jaracatiá, localidades pertencentes à cidade e Município de GOIOERÊ, postos telefônicos, com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 03 dezembro de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tratam-se de localidades longínquas da sede do município com numerosa população. A instalação de tais postos viria facilitar aos comerciantes em momentos de emergência e, muito mais do que isto, àqueles que, de um momento para outro, por motivo de saúde, necessitem de médicos para o tratamento próprio ou de um familiar ou semelhante.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições constitucionais, requer após pronunciamento da colenda Casa, seja consignado na Ata da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Sr. Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA, por motivo da sua nomeação e posse nas elevadas funções de Chefe do Serviço Nacional de Assistência à Cafeicultura (SERAC Pr-1), com sede em Londrina, neste Estado.

Requer, ainda, que a aprovação do voto de congratulações seja comunicada ao interessado, bem como ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no Rio de Janeiro, para que o mesmo passe a constar da ficha funcional respectiva.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1976.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

O Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA, é um paranaense ilustre por todos os títulos e a quem o nosso Estado muito deve pelos relevantes serviços por ele prestados.

Nascido em Rio Negro a 30 de junho de 1943, e filho do Sr. PEDRO SWARÇA e da Exma. Sra. D. ESTHER MARTINS SWARÇA, o Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA, realizou os seus primeiros estudos naquela progressista cidade e, posteriormente, em Curitiba, onde conquistou, com galhardia e brilhantismo, o diploma de Engenheiro-Agrônomo, na Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná.

Tendo se diplomado em 1966, vamos encontrá-lo, de 7 de julho de 1967 a 30 de maio de 1969, na função de Assistente Técnico da Cooperativa da Zona de Juiz de Fora, Minas Gerais.

De 01 de junho de 1969 a 30 de dezembro de 1971,

exerceu a mesma função de Assistente Técnico da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ibiporã, Paraná.

A partir de janeiro de 1972, enveredou para o Serviço Público Federal, tendo ingressado no Instituto Brasileiro do Café no cargo de Engenheiro-Agrônomo.

Nessas condições, assumiu a Chefia da Sede de Agrônomo, do IBC, em Ibiporã, à frente da qual permaneceu durante largo e frutífero tempo, eis que, profundo conhecedor de toda a vasta zona sob sua jurisdição, incrementou, de modo notável, a Cafeicultura Paranaense, com reais e importantes benefícios para a economia pública e privada.

De valor profissional amplamente reconhecido, veio a ser convocado para funcionar como Assistente Técnico do Serviço Regional de Assistência à Cafeicultura, — SERAC, com sede à R. Palheta, número 103, em Londrina, Paraná, onde tal qual já era esperado, sempre se houve com tirocinio e proficiência, num trabalho de orientação dos cafeicultores do Norte Pioneiro.

Ao vagar a Chefia do SERAC, em razão da promoção do seu titular, a Presidência do IBC—GERCA, num momento inspirado e feliz, fez recair a escolha para novo Chefe no nome honrado e digno do Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA.

A posse do novo titular se verificou a 25 de agosto do corrente ano, e se constituiu em motivo de geral regozijo, porque consciente a nossa Cafeicultura de que os seus destinos se acham entregues a um técnico competente e dinâmico.

Basta que se diga que, jurisdicionando o SERAC de Londrina nada menos de 81 municípios do Norte Velho, todos plantadores da preciosa rubiácea, já o Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA, empreendeu importante trabalho de disseminação de Sedes Agronômicas do IBC—GERCA, no louvável intuito de facilitar a cooperação e a assistência desses órgãos aos cafeicultores de cada região, ao invés de continuarem dependentes, como até aqui, única e exclusivamente da Sede de Ibiporã, cujo eficiente pessoal técnico não tinha mãos a medir, dado o exagerado volume de trabalho a enfrentar.

Cada Sede Agronômica dispõe de Engenheiro-Agrônomo e de Técnicos Agrícolas, graças ao que, pela redução da área jurisdicionada, se torna mais proveitosa a assistência prodigalizada.

Convém ressaltar, por outro lado, que o atual Chefe do SERAC estabeleceu um clima de camaradagem e de confiança entre todo o pessoal a ele subordinado de tal sorte que, o rendimento do trabalho se multiplicou a olhos vistos, com reflexos bastante favoráveis sobre a Cafeicultura Paranaense.

São numerosos os títulos e diplomas de que é detentor o Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA, numa demonstração do seu elevado gabarito técnico e profissional.

Contentemo-nos com a citação de alguns, dentre outros:

— certificado de frequência da 5a. (quinta) Semana de Estudos Agro-Veterinários, realizada de 01 a 05 de abril de 1963, em Curitiba;

— certificado de frequência da 2a. (Segunda) Semana de Estudos Agro-Veterinários, realizada de 18 a 22 de abril de 1966, em Curitiba;

— certificado de frequência do Curso de Mecanização Agrícola da Secretaria de Agricultura, do Governo do Estado de São Paulo, Divisão de Mecanização Agrícola, no período que medeiu de 4 a 22 de julho de 1966, na cidade de Jundiá, no vizinho Estado;

— certificado de frequência do Curso sobre Cooperativismo, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, realizado entre 10 a 29 de abril de 1967, na cidade de Campinas no vizinho Estado;

— certificado de frequência de Curso sobre Cooperati-

vismo, da Secretaria da Agricultura de São Paulo, realizado em Campinas, no período entre 01 e 26 de julho de 1968;

— certificado de frequência do Curso de Conservação de Solos, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, no período entre 5 e 14 de maio de 1970, em Campinas, no vizinho Estado;

— certificado de frequência de Curso de Tratamento Fitossanitário de Cafezais, patrocinado pelo IBC, no período entre 26 e 29 de outubro de 1971, na cidade de Londrina, Paraná;

— certificado de frequência do Curso de Estratégia de Comunicação para Assistência Técnica, patrocinado pelo IBC, no período de 16 a 19 de novembro de 1971, na cidade de Londrina, Paraná;

— certificado de frequência do Curso de Empregos de Fotografias Aéreas em Levantamento de Uso Agrícola, ministrado em Maringá, pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), no período de 7 a 30 de abril de 1969;

— certificado de frequência no Seminário sobre Ferrugem do Cafeeiro, patrocinado pelo IBC-GERCA, no período de 28 a 29 de junho de 1971, na cidade de Londrina, Paraná;

— certificado de frequência de 2o. (Segundo) Seminário sobre Ferrugem do Cafeeiro, patrocinado pelo IBC-GERCA, no período de 9 a 10 de outubro de 1973, na cidade de Maringá, Paraná;

Tendo sido, na fase acadêmica, um líder estudantil prestigioso, com grande participação nos movimentos reivindicatórios da classe, viu-se ele honrado com o Diploma de "Procurador Geral", do Diretório Acadêmico de Agronomia e Veterinária do Paraná, eleito pelos alunos da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná, na gestão de 1965-1966, em reconhecimento à sua atuação relevante e benéfica.

Casado com a Exma. Sra. D. SONIA MARIA VIEIRA SWARÇA, o ilustre Chefe do SERAC — Pr-1, se consagra, na atualidade, a uma série de estudos com o fito de desenvolver, de maneira efetiva e racional, a Cafeicultura nos 81 municípios de sua jurisdição, assim como empreende a elaboração de planos técnicos, a serem oportunamente submetidos à apreciação da alta Direção do IBC-GERCA, visando maior amparo e maior assistência aos produtores de Café, conscientizado, como, desde há muito, está, sobre o valor estratégico deste produto na balança comercial do nosso país.

Como se observa do sucinto "curriculum vitae" exposto, o Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA se faz merecedor da homenagem que ora lhe presta a Assembléia Legislativa, por tratar-se de um técnico altamente capacitado e por tratar-se de um paranaense que somente honra o Estado em que nasceu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social de nosso Estado, solicitando informações dos motivos que levaram os responsáveis pelo Posto de Saúde da localidade de São Jorge, no município de Altônia, a não reabrir suas portas após as eleições de 15 de Novembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de São Jorge, no município de Altônia, foi palco no dia 12 de Novembro p.p., de uma grande festa.

Inaugurava-se um posto de Saúde, com o natural foguetório, presença de autoridades municipais e estaduais, e como não poderia deixar de ser, com a presença também dos candidatos do partido situacionista à Prefeitura e Câmara Municipal, pois estávamos a apenas três dias da realização das eleições.

Tudo muito bonito.

Porém, referido Posto, que inegavelmente, desde que funcione regularmente, será um benefício para a população daquela localidade, foi aberto dia 12 para a inauguração, funcionou sábado dia 13 até às 12,00 horas, e, passadas as eleições, não mais reabriu suas portas.

Como não cremos que tudo não tenha passado de encenação apenas com intúitos eleitorais, é que requeremos que o Sr. Secretário de Saúde informe a esta Casa, dos motivos que levaram os responsáveis por aquele Posto a não mais reabrir suas portas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e Cultura, no sentido de providenciar a implantação do ensino de (segundo) 2o. grau, na sede do município de IRETAMA.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

O município de IRETAMA, apresenta-se em franco desenvolvimento.

Suas terras em grande parte não mecanizadas, permite ao pequeno e médio agricultor fixar-se à terra, quer com lavoura de cultura temporária ou mesmo com lavoura cafeeira, mantida através de financiamento do IBC que permite o sistema de manutenção agrícola do município, grande concentração humana na cidade, e está em funcionamento apenas o ensino de 1.º grau ou seja da primeira a oitava série.

A população estudantil tem que deslocar-se para Campo Mourão ou outras cidades para continuar os estudos, causando sérios problemas na estrutura das famílias que, muitas vezes desloca-se com os filhos para isso desfazendo-se de pequenas propriedades e não conseguindo adquirir outras que os mantenham no mesmo nível social e econômico.

Urge, portanto, a implantação do curso de segundo grau na sede daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer após a aprovação do Plenário, o envio de expediente à Câmara dos Deputados, solicitando informações sobre em que fase se encontra a tramitação de projeto de lei de autoria de Senhores Deputados federais da Bancada paranaense, com o objetivo da extinção sumária da exigência de exames psicotécnicos para habilitação de motoristas, bem como uma cópia do ante-projeto.

Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

Realmente, ao exame psicotécnico se deve conferir um atestado de inutilidade.

Indubitavelmente, não alcançou seus objetivos, aliás, nem sequer os perseguiu.

Trata-se, inegavelmente, de uma "carteirinha a mais".

desnecessária e onerosa, ora adquirida a duras penas, ora através da participação escandalosa de terceiros e esse segundo aspecto, comprovou-se no vergonhoso derramamento desse documento, durante o período pré-eleitoral.

A inutilidade do exame psicotécnico para avaliar a capacidade do candidato à habilitação é atestada pelo crescimento vertical dos números apresentados nas estatísticas de acidentes automobilísticos.

A desmoralização do psicotécnico patenteou-se, como evidenciado ficou, na distribuição inqualificável e indiscriminada a interessados destituídos dos mínimos conhecimentos da profissão de motorista que, simplesmente se aproveitaram da "época de eleição" para conseguir tal documento, por intermédio de candidatos inescrupulosos, numa verdadeira afronta ao nosso Código Eleitoral.

E para o profissional cuja posse desse documento é imprescindível para sua labuta, da qual depende o sustento próprio e da família, continua o tormento burocrático para a aquisição.

No Interior, a angustiada espera pelas tais "comissões".

E a via-sacra cansativa e cara: preenchimento de guia, recolhimento de taxa em tal banco, segunda-via autenticada desse é daquele documento.

Pobre motorista

A cabine de um Mercedes-1313 mais parece um escritório; mil documentos, mil carimbos, mil obrigações de recolhimento dessa e de não sei quantas taxas.

E expira o prazo de validade do exame psicotécnico.

E ei-lo às voltas com o suplício da revalidação.

É inconcebível, é demais.

É absurdo que isso ocorra "num país que vai pra frente."

Melhor que fôsse pelo bom caminho.

São estes, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os motivos imperativos que norteiam a iniciativa deste Deputado em solicitar, através desta Assembléia, que a Câmara dos Deputados nos informe sobre o andamento do projeto de lei de autoria, de Deputados Federais paranaenses para abolição dessa malfadada instituição, inútil e desmoralizada.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei número 148/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. primeiro — A Assembléia Legislativa concede Diploma de Cidadão Honorário ao Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Doutor LUIZ ROBERTO DE REZENDE PUECH.

Art. segundo — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1976.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

Aos eminentes pares desta colenda Casa de Leis, onde diuturnamente cultuamos o Direito, vimos hoje, com a presente iniciativa, propor uma justa e merecida homenagem a um antigo oficiante do Direito do Trabalho: — o MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, Doutor LUIZ ROBERTO DE REZENDE PUECH.

Transubstanciada em lei nossa proposição, na data assinada, esta Assembléia Legislativa outorgará a S. Exa. o título de CIDADÃO HONORÁRIO, por sua atuação nos esforços desenvolvidos na área federal para a instalação do Tribunal Regional do Trabalho - nona região, verificada nesta Capital no dia 17 de setembro do ano em curso.

Vale assinalar, que a outorga desse título honorífico, honrará mais o poder outorgante do que a pessoa do distin-

güido. O Paraná irá gloriar-se de poder contar, entre seus concidadãos, com o festejado nome do Ministro REZENDE PUECH.

Sua vertiginosa e cintilante carreira que tanta dedicação e tamanhos esforços custaram a S. Exa. constitui magnífico exemplo que deve ser desdobrado ao conhecimento da juventude, para mais perseverança e constância no contato com os livros.

Bacharel em Ciências e Letras pelo Ginásio de São Bento de S. Paulo, em 1932, cinco anos após se bacharelava com distinção em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito daquele Estado.

Entre seus cursos de extensão universitária figuram:

— Problemas Fundamentais do Brasil, realizado na Reitoria da Universidade de São Paulo;

— Aspectos do Direito Comparado Alemão e Brasileiro na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;

— Medicina do Trabalho, na mesma Faculdade.

Suficientemente habilitado, ocupou e honrou os seguintes cargos e funções públicas:-

— Suplente de Juiz-Presidente da sexta Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo, de 18 de abril de 1940 a 26 de abril de 1941;

— Suplente de Vogal do Conselho Regional do Trabalho da segunda Região, com sede em São Paulo, de 26 de abril de 1941 a 12 de março de 1942;

— Vogal do Conselho Regional do Trabalho da segunda Região, com sede em São Paulo, de março de 1942 a março de 1945;

— Procurador Adjunto da Procuradoria Regional do Trabalho da segunda Região, com sede em São Paulo, de 1946 a 1950;

— Procurador da segunda Categoria, do Ministério Público da União, a partir de 1951;

— Procurador Regional do Trabalho, Substituto, da segunda Região em exercício de chefia, de 1960 a 1961;

— Delegado Regional do Trabalho em São Paulo, de 21/2/1961 a 25/6/1961;

— Procurador Regional do Trabalho titular, a partir de 14/5/1963;

— Ministério Togado do Tribunal Superior do Trabalho, a partir de 6/5/1970;

— Presidente da segunda Turma, de 17/12/71 a 3/5/73;

— Vice-Presidente de 1973 a 1974.

E desde o ano passado, S. Exa., o Ministro RESENDE PUECH, é o Presidente do Egrégio TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Entre as funções culturais de S. Exa., podemos alinhar:

— Jornalista-colaborador de O ESTADO DE SÃO PAULO, responsável por assuntos trabalhistas, desde março de 1957;

— Membro do Conselho Diretor da Fundação Liceu Pasteur, com sede em São Paulo, de 1958 a 1976;

— Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Segurança, com sede em São Paulo, desde 1962;

— Diretor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de São Paulo, e membro do Conselho Deliberativo da Clínica de Diagnóstico e Orientação Psico-Pedagógica (CLIDEME), entre 1962 a 1969;

— Membro do Grupo de Trabalho incumbido de preparar a instituição de um Centro Latino-Americano de Higiene, Segurança e Medicina de Trabalho, em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho, e da Comissão Elaboradora dos respectivos Estatutos, em 1965;

— Professor (licenciado) do Curso Anual de Preparação à Magistratura e ao Ministério Público, promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, desde 1967;

- Diretor Vogal do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos (IBRADIU), licenciado, para o período 1970-1976;
 - Membro da Sub-Comissão Revisora do anteprojeto do Código de Processo do Trabalho, conforme portaria número 43-B, de 30 de março de 1970, do Sr. Ministro da Justiça, Professor Alfredo Buzaid;
 - Membro-titular do Instituto Latino-Americano de Derecho Del Trabajo Y de la Seguridad Social, com sede em Santa Fé, Argentina, desde 1970;
 - Sócio efetivo do Instituto Brasileiro de Direito do Trabalho, desde 1970; Presidente do biênio 1973-1974;
 - Vice-Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Direito Social, com sede em São Paulo, para o quinquênio 1972-1977;
 - Membro da Comissão Revisora do Anteprojeto de Lei Orgânica da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho-maio de 1972);
 - Membro-titular da Academia Paulista de Direito, Cadeira 27, S. Paulo, (Patrono: Oscar Saraiva);
 - Membro do Conselho Consultivo da "Revista Brasileira de Saúde Ocupacional", S. Paulo;
 - Membro da Comissão de Alto Nível, instituída pelo III Congresso Brasileiro de Magistrados, para acompanhar os estudos e trabalhos da Reforma do Poder Judiciário Fortaleza, 1975;
 - Membro-titular da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Cadeira 39, Rio de Janeiro (Patrono: Oliveira Vianna).
ec Passamos a reproduzir a imensa relação das condecorações do Ministro REZENDE PUECH, logradas por seus indiscutidos méritos de jurista e juslaborista.
 - Medalha do Mérito na Segurança do Trabalho, conferida pelo Governo Brasileiro, em 25/11/1963;
 - Medalha do Mérito na Segurança do Trabalho, conferida pelo Governo Brasileiro, em 20/11/1967;
 - Medalha do Congresso, conferida pelo III Congresso Pan Americano de Medicina do Trabalho, realizado em Santos, em novembro de 1968;
 - Medalha do Mérito CN-I-quinto OII, conforme portaria do Ministro do Trabalho e Previdência Social, número 3472 de 19/8/1969;
 - Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, conforme Resolução do Tribunal Superior do Trabalho, de 24/3/1971;
 - Promoção à Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, conforme Resolução do Tribunal Superior do Trabalho, de 01/12/1972;
 - Grande Oficial da Ordem do Mérito do Trabalho (MTPS), conferida pelo Presidente da República, em 1973;
 - Colar da "Ordem do Mérito Judiciário", do Tribunal de Justiça de Goiás (Centenário-outubro 1974);
 - Ordem do Mérito de Brasília-grau: "Grande Oficial", conferida pelo Governador do Distrito Federal, em 21/4/1975;
 - Ordem de Rio Branco-grau: "Grande Oficial", conferida pelo Presidente da República, em 23/4/75;
 - Medalha do Mérito Jornalístico, conferida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, em 11 de junho de 1975;
 - Ordem do Mérito Aeronáutico-grau: "Grande Oficial", conferida pelo Presidente da República, em 1975;
 - Medalha Comemorativa ao Dia do Servidor Público, conferida pela Associação dos Servidores Cíveis do Brasil (A S C B);
 - Ordem do Mérito Judiciário Militar-grau: "Grã-Cruz, conferida pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar-Superior-Tribunal Militar, no corrente ano.
- Os trabalhos publicados são os que se seguem:

- "Os Postulados Sociais no Texto Constitucional", Editora Revista dos Tribunais Ltda. (Tese ao II Congresso Brasileiro de Direito Social, 1946);
- "Direito Individual e Coletivo do Trabalho", Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1960;
- Cerca de 1.200 artigos em O ESTADO DE SÃO PAULO, sobre assuntos trabalhistas, desde março de 1957;
- Colaboração esparça em revistas especializadas em direito do trabalho e previdência social: "Revista do Trabalho", "Revista Industrial de São Paulo"; "Revista do IDORT"; "Legislação do Trabalho LTR"; "Trabalho e Seguro Social" "Revista de Estudos Sócio-Econômicos"; "Saúde Ocupacional e Segurança"; "Arquivos" do Instituto de Direito Social; "Revista do TST";
- "Julgados no TST", 1973, "Editora LTR Ltda," São Paulo;
- E em São Paulo, no ano passado, "Na Vivência do Direito Social" e "Resenha Universitária Luda".

TESES E COMUNICAÇÕES NOS SEGUINTESS CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E COLÓQUIOS:

- Congressos, com trabalhos apresentados:
- II Congresso Brasileiro de Direito Social, São Paulo, 1946;
- Congresso Americano de Medicina do Trabalho, São Paulo, 1964;
- V Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes, São Paulo, 1966;
- VI Congresso Internacional de Direito do Trabalho, (Jornada Latino Americana), Florianópolis, 1968;
- Relator Geral do TEMA V - Fundo de Garantia de Tempo de Serviço no IV Congresso Ibero-Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social, promovido pelo Instituto Latino Americano de Direito do Trabalho, São Paulo, 1972.
- Em SIMPÓSIOS e SEMINÁRIOS, com trabalhos apresentados:
- "Simpósio sobre a Estabilidade no Emprego", -São Paulo, Setembro 1958, promovido pelo Seminário de Legislação Social, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;
- "Seminário de Insalubridade e suas Relações com a Economia e a Produtividade", Lindóia, 1963, promovido pelo Departamento de Produtividade da FIESP-CIESP;
- "II Encontro de Dirigentes e Advogados" (anteprojeto do Código de Trabalho) promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, São Paulo, Outubro de 1964;
- "Primeiro Seminário Municipal de Orientação Sindical dos Empregados em Turismo de Hospitalidade de São Paulo, Campinas, Fevereiro 1967;
- "Simpósio sobre Aspectos Jurídicos do Fundo de Garantia" - Brasília 1968, promovido pelo Banco Nacional de Habitação (Relator do Tema V);
- Coordenador do Tema "Acordo e Convênio Coletivo", no Instituto de Direito Social, setembro de 1969;
- Participação nas Jornadas de Direito do Trabalho e Previdência Social sobre o tema "Negociação Coletiva de Trabalho no Brasil", Universidade Federal de Brasília, junho de 1972;
- Participação no Simpósio do Rotary Club Internacional São Paulo, em 14/3/75, com o tema "Panorama da atual Legislação da Higiene e Segurança do Trabalho no Brasil";
- No "Seminário de Atualização em Temas Sobre Relações de Trabalho" (Belém-Pará-TRT da oitava Região): "Recentes Decisões do TST", em 29 e 30 de abril de 1976.
- Em COLÓQUIOS, com trabalhos apresentados:
- III e V Colóquios sobre "Segurança do Trabalho na Construção Civil", ptomovidos pelo Instituto Brasileiro de Segurança

é pelo Sindicato da Indústria das Grandes Estruturas, São Paulo, 1966 e 1968;

- Relator do Tema "Eficácia ultra-litigantes da sentença normativa da Justiça do Trabalho", nos "Colóquios sobre Direito Processual Brasileiro", em Campos do Jordão, de 11 a 13 de abril de 1969, promovidos pelo Instituto de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sob a direção do Prof. Alfredo Buzaid;

- "Jornadas Latino-Americana de Direito do Trabalho", em Brasília, sobre o tema "O Sistema de Negociação de Trabalho no Brasil".

Das brilhantes e aplaudidas Conferências de S. Exa. destacamos:

- No círculo Militar de São Paulo, em 1961, sobre "Subdesenvolvimento e Insegurança Social";
- Na Federação dos Círculos Operários, em São Paulo, 1961, sobre o 70o. aniversário da "Rerum Novarum";
- No Sindicato dos Vidreiros de São Vicente, 1961, sobre a "Formação Operária";
- Na Faculdade de Direito de Curitiba, 1962, sobre a "Evolução do Sindicalismo".
- À realização da VI SEMANA DE ESTUDOS JURÍDICOS, promovida pelo Centro Acadêmico XVI de Abril, em Campinas, em 1963;
- Em Santo André, no Centro de Estudos de Administradores de Pessoal do ABC, 1963, sobre "A Estabilidade na Legislação Brasileira";
- Primeira Semana de Estudos Jurídicos, promovida pelo Centro Acadêmico dois de Janeiro, São José dos Campos, 1964;
- No "Curso Prático do Direito do Trabalho", promovido pela Universidade de São Paulo, novembro de 1964;
- Palestra na Casa do Advogado - OAB - Seção de São Paulo, sobre o artigo 87, II, do Estatuto da Ordem, em agosto de 1965;
- Oalestra no Centro Acadêmico Hugo Simas, Curitiba, sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural, em 1966;
- No "Curso Universidade na Empresa", do Boletim Cambial, sob a direção do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro 1966;
- No Centro de Aperfeiçoamento do Dirigente de Empresa, São Paulo 1967, sobre o "O Sindicalismo Nacional";
- Na Faculdade de Direito de Baurú, outubro de 1969, sobre Direitos Humanos;
- Na Faculdade de Direito Braz Cubas, de Moggi das Cruzes, na "Semana de Estudos de Direito do Trabalho", sobre "Os Direitos Sociais no Texto da Constituição Federal", novembro de 1969;
- No Auditório Roberto Simonsen-Palácio das Indústrias, na sessão solene de abertura da Semana de Prevenção de Acidentes, no dia 24 de novembro de 1969, sobre "A obra da OIT", no Setor de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho";
- No Palácio Mauá, "Aspectos Novos de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho", na "Semana de Estudos Jurídicos", promovida pelo Departamento Regional do SESI-Divisão de Orientação Social e Instituto Roberto Simonsen, São Paulo, 15/12/73;
- No Clube dos Advogados - Rio de Janeiro - "Sugestões para a Reforma Judiciária", promovida pelo Clube dos Advogados e Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas, em 24/07/1965;

- Na Associação dos Advogados de São Paulo, sobre a "Organização Internacional do Trabalho", em 3 de novembro de 1975;

- No Senado Federal - Brasília - "Alguns Aspectos da Reforma do Poder Judiciário", a convite da Comissão de Legislação Social, em 13 de novembro de 1975;

- Na Faculdade de Direito do Distrito Federal - CEUB, Brasília-DF., no dia 26/6/1976-TEMA: "Tendências Históricas do Direito do Trabalho"; e

- Na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a 14-9-76 - Ciclo de Conferências em comemoração ao Sesquicentenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil - TEMA: "O Estado-empregador perante a Constituição e as leis Brasileiras".

Entre as teses defendidas e consagradas do Ministro REZENDE PUECH, citam-se:

- "Os Postulados Sociais no Texto Constitucional", Editora Revista dos Tribunais Ltda.
- "Os Informes Estatísticos - Serviço Fundamental na Inspeção do Trabalho, Boletim, "IBS";
- "Transação do Tempo de Serviço", IN "Coordenação Geral", do Ministério do Interior;
- "A Integração da Indenização do Acidente do Trabalho na Previdência Social", IN separata da Revista "legislação do trabalho", São Paulo, 1968;
- "Comunicação ao Congresso Internacional de Segurança e de Higiene do Trabalho", Genebra, julho de 1969 e do III TEMA "Ensino de Segurança" em nome do Instituto Brasileiro de Segurança";
- Relatório e comunicação sobre o TEMA II do CIII Congresso Nacional de Prevenção e Acidentes, Bahia, Setembro de 1969, em colaboração com o Engenheiro E.E.Berlinck, em nome do Instituto Brasileiro de Segurança, sobre "Profissionalização e Formação do Provencionalista".

É a essa figura de dimensão imedível, que de há tanto honra as letras jurídicas, em seu empenho diário de proeminentizar o Direito entre nós, que iremos conceder o título de CIDADÃO HONORÁRIO, com presente prositura transmutada em lei.

Projeto de Lei número 149/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. primeiro - É declarada de utilidade pública a Sociedade Cultural Santo Antônio, sediada em Ibiratã.

Art. segundo - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1976.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de entidade religiosa, com personalidade jurídica, da cidade de Ubiratã, tem por fim promover a educação da Juventude através da assistência escolar.

São inúmeros e relevantes os serviços prestados por essa benemérita instituição, não só a juventude escolar, como própria sociedade, tomando-se, por isso, credora da medida que ora se propõe.

O SR. PRESIDENTE -(PAULO CAMARGO) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, primeiro orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos à tribuna apenas para um pequeno registro neste Pinga Fogo. Estamos acompanhando com grande expectativa os trabalhos de pesquisa dos recursos pesqueiros do litoral paranaense, cujo objetivo é estudar a viabilidade econômica de empreendimentos pesqueiros em alta escala no Paraná.

Está chegando para o Paraná a "era industrial da pesca" que vai permitir que a empresa Matarazzo possa instalar uma grande indústria em Antonina para enlatamento, supercongelamento para exportação e fabricação de farinha de peixe.

E Antonina inteira, a exemplo do Paraná, aguarda cheia de esperanças que essas pesquisas alcancem sucesso.

Antonina, que já neste ano teve maior movimento em seu porto, com o natural aumento da mão-de-obra, poderá com a instalação de uma unidade industrial desse porte, caminhar mais segura na busca do progresso tão sonhado pela gente capelista.

A presença do navio japonês Inase Maru — com capacidade de carga de 120 toneladas e dotado de sofisticada aparelhagem provocou uma contagiante euforia da gente antoninense, pois retrata a possibilidade de tão sonhada indústria da pesca a ser implantada ali.

Fazemos este rápido registro, na certeza de que todos juntos estaremos torcendo para que os trabalhos de pesquisa sejam coroados de êxito, permitindo assim que se torne em realidade a instalação da indústria de pesca em Antonina, como prêmio ao esforço e a abnegação daquela gente, cuja fibra indelével tem sido um dos suportes para o progresso de nosso Paraná.

Eram apenas as palavras que gostaríamos de fazer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Congratulamo-nos com o pronunciamento do Sr. Deputado Dácio Leonel a respeito dos esforços que vêm sendo desenvolvidos no sentido de que a pesca em nosso litoral seja devidamente orientada após estudos técnicos que estão sendo feitos por órgãos responsáveis. Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso litoral embora de pequena extensão, encerra recursos notáveis, especialmente com respeito à pesca desta importante atividade do setor primário. Centenas de famílias, é certo que na sua maioria modestas, mas que sem os recursos do mar estariam certamente passando por dificuldades até de sobrevivência. Os peixes do litoral paranaense, entretanto, têm sido alvo da cobiça de alguns empresários que interessados apenas no ganho fácil, muitas vezes não medem consequências de seus atos. Assim, conforme denúncia que recebi do Presidente da Câmara de Guaraqueçaba, Arcênio Miranda, diversos blocos pesqueiros originários do Estado de São Paulo, freqüentemente adentram em águas do nosso litoral para lançarem suas redes e usando de métodos vedados por lei, como o do arrastão, retiram toneladas de peixes, muitos sem terem ainda atingidos a fase adulta, disseminando assim nossas águas. Além disso, Sr. Presidente, tais blocos transportam os produtos de sua atividade ao vizinho Estado, certamente sem o recolhimento dos devidos impostos em prejuízo da economia municipal e estadual. Por isso levantamos nossa voz, desta tribuna, e submetemos à Casa o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e à Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, solicitando urgentes providências para evitar que barcos pesqueiros originários do Estado de São Paulo continuem a freqüentar as águas de nossa região de Superagui, Bertioga, Vila Fátima, Arapira e Baía dos Pinheiros, onde lançam redes para a prática do condenado arrastão, em prejuízo à economia do municí-

pio de Guaraqueçaba e do nosso Estado, conforme informação contida no ofício anexo assinado pelo Vereador Arsênio Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 1976".

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se aprovado este requerimento pela Casa, as autoridades competentes tomarão urgentemente as providências cabíveis, para que cessem os abusos que ali se verificam na defesa dos nossos inalienáveis direitos.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). Com a palavra o Sr.

Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, nós encaminhamos à Mesa um requerimento dirigido à TELEPAR, no sentido de que se instale na localidade de Rancho Alegre, Bandeirantes do Oeste e Jaracatiá, todos pertencentes ao município de Goioerê, com a máxima urgência, e segue a justificativa, um posto telefônico para atender aquele povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos nós, de, ao terminar este ano legislativo, de ascender à tribuna para tecer agradecimentos em nome do povo do Vale do Piquiri, a S. Exa. o Governador do Estado do Paraná.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não aconteceu. Mais uma vez, ao término de mais um ano, nós, que não fazemos oposição sistemática, mas a oposição do trabalho, somos forçados a agredir com palavras, S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior. E o faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome dos habitantes do Vale do Piquiri, da minha região. Talvez, não saiba, Sr. Presidente, porque o Governador deste Estado, é muito descuidado, é desonesto e desleal, talvez não saiba este Governador do Paraná, que arroz, o feijão, que ele recebe em seus pratos ao lado dos seus filhos, em todos os dias, vem da minha região.

Talvez, este Governador, que se esqueceu do povo, se esquece ou desconhece, Sr. Presidente, que uma das regiões que mais produz neste Estado, é a região de Goioerê, do Vale do Piquiri.

Não sei porque, Sr. Presidente, e parece que é praga de cão, parece-me que é a praga do diabo, quer o Governador do Estado do Paraná esquecer o meu povo. Este Governador, como os outros que passaram e que desfilaram no Palácio Iguaçu, durante 20 anos, fizeram, Sr. Presidente, Senhores Deputados, promessas à minha região, Goioerê, Mariluz, Moreira Salles, Janiópolis, Boa Esperança, Formosa D'Oeste, Nova Aurora e até Assis Chateaubriand dependem de uma única coisa e têm pedido, até por clemência, desse governo desumano, desse Governo desleal, desse Governo desajustado.

80 quilômetros, Sr. Presidente, de estradas asfaltadas que nós esperamos há 20 anos. Quantas promessas às vésperas de eleições; quantas festas, quantos estaqueamentos de estrada, Sr. Presidente, para ludibriar o povo trabalhador, honesto e humilde da minha região.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Mais tarde.

E chegamos, Sr. Presidente, há mais de um final de ano, à espera do sonhado sonho. Sr. Presidente, este Governo medíocre que o Paraná tem, desumano, desonesto e desleal, em abril deste ano, perante 8 mil pessoas na praça pública de Goioerê, fez uma promessa ao meu povo e recebeu até, Sr. Presidente, tirada da fé e da esperança daquele povo, sofrido, esse Governador, como se fora um Papa, recebeu uma medalha de ouro porque ele disse que o asfalto viria este ano.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente,

coroado este Governador, por aquele povo humilde, trabalhador e honesto, de tantas esperanças, povo que planta, Sr. Presidente, o algodão, o soja, o café, o arroz, e o feijão para sustento desta Nação.

E não tem condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de exportar, de mandar o seu produto para uma venda mais lógica mais legal.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Esse povo, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, sustenta este Estado, tem lutado no dia a dia, de dia e de noite. Tem tirado os filhos da escola e os coloca na enxada para sustento desta Nação. Este povo talvez com a última esperança, largou um dia a enxada no mês de abril e tirou os vinténs do bolso para cooperar a dar uma medalha a S. Exa., o Sr. Governador do Estado do Paraná.

A medalha mais maldita, mais mal dada que eu já vi na minha vida de 40 anos de existência. Desumano e desleal, este Governador Jayme Canet Júnior; o dinheiro que ele gastou nessa campanha à compra de votos para a ARENA, faria a nossa estrada. A única região de nosso Estado que ainda espera uma estrada e a região que mais produz neste Estado, Sr. Presidente.

E veja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como este Governador, como este Governador é desonesto e desleal.

O Sr. Fabiano Braga Cortes — Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Tem a palavra, pela ordem.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — O Deputado Jayme Carvalho que ocupa, neste momento, a tribuna, está difamando e injuriando um Governador digno, um Governador honrado. Governador tão digno e tão honrado que seu Partido teve uma vitória extraordinária naquele município e que o Deputado que ocupa a tribuna está difamando, caluniando e mentindo. E, o povo do Paraná, o povo de Goioerê sabe que este Deputado é mentiroso e um grande demagogo; e a prova deu Goioerê nas últimas eleições. Admiro-me...

(Soam os tímpanos)

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Admiro-me muito que um parlamentar se utilize de uma tribuna para dizer tantas mentiras, tantas calúnias. O maior cabo eleitoral que a ARENA teve em Goioerê, foi o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Presidência pede ao Deputado Fabiano Braga Cortes que mantenha a sua tranquilidade e a Mesa mandará expungir das notas taquigráficas, toda matéria que for, pessoalmente, ofensiva a quem quer que seja.

Devolvo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, quem no passado apregoou a verdade, quem no passado lutou por um povo, foi, um dia, crucificado e, quando crucificado, dizia aos ignorantes:

"Perdoai-lhes porque não sabem o que fazem".

Sr. Presidente, ou eu sou mentiroso, ou o Governador do Estado e o Deputado Fabiano, são. Se o asfalto estiver em Goioerê, sou mentiroso; se não estiver, mentirosos são o Deputado Fabiano Braga Cortes e o Governador.

Eu não permito mais apartes, Sr. Presidente, porque a ARENA não tem recurso e não conhece a minha região. Estão querendo trancar o meu depoimento e eu o farei com microfone, ou sem ele; aqui, de cima, ou lá em baixo. Como Deputado, ou como homem, para dizer, Deputado Fabiano Braga Cortes, está aqui um Vereador de Goioerê, que, mentiroso é V. Exa.; demagogo, é V. Exa. que, em dezembro do ano passado foi, foi à Rádio de nossa cidade e dizia...

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — O orador está usando termos ofensivos que a Presidência pede sejam expungidos da Ata.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — As minhas palavras podem constar em Ata, Sr. Presidente.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — V. Exa. quer que conste em Ata, mas a Presidência não quer, por isso serão expungidas das notas taquigráficas.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho disse que não conheço a sua região, mas conheço muito bem o trabalho que o Sr. Governador vem desenvolvendo. E S. Exa. não me concedeu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — O orador concede aparte a quem deseja. Continua com a palavra o Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Fabiano Braga Cortes, confiando nesse Governo medíocre, desonesto, desumano e desleal, em dezembro, às vésperas do Natal, — e eu tenho as fitas gravadas — dizia naquela emissora, confiando no Governador que o elegeu, dizia ele, o Deputado Fabiano Braga Cortes que "renunciaria seu mandato de Deputado se o asfalto não se iniciasse até março de 76".

Pois esse Governador que o Deputado Fabiano Braga Cortes hoje defende, que é desleal, não é honesto, porque ganhou as eleições comprando os votos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — V. Exa. está ofendendo o Chefe do Poder Executivo, e isso a Mesa não pode admitir. V. Exa. está ofendendo o Governador como um criminoso vulgar. V. Exa. está equivocado e suas palavras serão cortadas.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, não peço para cortar as minhas palavras, porque posso repetir o que disse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Um Sr. Deputado não pode ofender o Chefe do Poder Executivo.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, se estivesse elogiando, V. Exa. me daria mais uma hora.

Continuando, pois esse Governador fez com que o Deputado Fabiano Braga Cortes mentisse ao povo, porque o Deputado Fabiano Braga Cortes recebeu a medalha.

E mais do que isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade haverá de ser dita.

Chega de esconder a verdade!

Quando a Oposição fala que é ... (soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — V. Exa. continua ofendendo o Chefe do Poder Executivo.

O Sr. Adalberto Daros — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Concederei oportunamente aparte a V. Exa.

O Prefeito de Goioerê, Sr. Presidente, é homem não dado a mentiras e também disse ao povo, confiando nas palavras e conversas do Governador do Paraná, que não terminaria ele sua gestão sem passar pelo asfalto Campo Mourão-Goioerê, a única região que não foi atendida pelo Governador, que aí está! Isso não é governo, é desgoverno, é desmando!

Está lá o Prefeito, cabisbaixo, porque também como o Deputado Fabiano Braga Cortes, passou por mentiroso!

Nem ameaça de asfalto!

Chegaram até a inventar, a fabricar uma concorrência pública, lá em Santo Antônio da Platina, até hoje o povo está à espera desse decantado asfalto que é a esperança de uma região produtora, Sr. Presidente, e seu esquecimento é um descaso que se faz a um povo que luta e trabalha, povo tão bom, esperançoso, ainda nesta última eleição, confiando nas promessas mentirosas esse povo, pobre e infeliz povo, votou na ARENA.

Estão certos os Deputados da ARENA quando vêm defender o Governo, mas muito mais certo estou eu, que convive com o povo. Quero, Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, continuar desta maneira, como pretende V. Exa., sendo cabo eleitoral

da ARENA, porque tenho aqui pedido e lutado pelos anseios do povo, com a tristeza de registrar que nos três anos, V. Exa. veio a esta tribuna defender um Prefeito, enquanto eu defendo 103 mil habitantes.

Continuarei, — se isso for cabo da ARENA, coisa que não queria nem por castigo do cão, do diabo — a lutar pelo povo sofrido, povo que luta de sol a sol, para sustentar seus filhos e esta Nação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno, artigo 25, item 7º, estamos pedindo um aparte para contestar o Deputado e S. Exa. não nos concede, o que é um direito de S. Exa. Mas não é permitido que faça ataques pessoais ao nosso Partido e a nosso colega, nominalmente. S. Exa. não permite apartes, então que se restrinja à defesa da estrada.

Era a questão de ordem que levantamos e cabe à Presidência decidi-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Mesa comunica que já advertiu o orador e, para esclarecer, vai ler na Constituição do Estado o artigo 12 "Os Deputados são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia, ou nos previstos na lei de segurança Nacional".

Continua com a palavra o Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, é muito natural que eu me exceda, afinal de contas, são 20 anos de promessas de políticos e politiquinhos.

Vinte anos que esse povo vem carregando sobre as costas o pesado fardo, confiando, acreditando, repito, pobre povo!

Estamos nós, lá de Goioerê, lá em Formosa, de Nova Aurora, Janiópolis, Boa Esperança, Mariluz, Moreira Salles, passando por picadas e quando chove, sobre pinguelas. O Governador nos visita sempre de avião, nunca passa pelas nossas estradas, nunca passou pelo nosso Estado. Pensam que o nosso pedido é brincadeira, pensam que aquele povo é palhaço do Governador, escravos deste Governo. Isto não é verdade, Sr. Presidente. Ao terminarmos mais um ano de brigas nesta tribuna, de pedidos veementes, de pedidos até de clemência, Sr. Presidente, nossas estradas deveriam ser construídas com nosso dinheiro, com o pagamento dos impostos daquele povo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — O horário de V. Exa. está esgotado. V. Exa. tem 30 segundos para terminar sua oração.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Este povo que paga impostos quer estradas, quer justiça, quer honestidade no Governo do Paraná, que até hoje não foi honesto para o Vale do Piquiri. Concedo o aparte ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. PRESIDENTE — Terminado o tempo, V. Exa. não tem um minuto para conceder o aparte ao Sr. Adalberto Daros.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — O tempo do MDB sempre termina mais cedo.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem). Sr. Presidente, em nome da liderança do MDB, solicitaria que V. Exa. concedesse mais cinco minutos do tempo destinado à nossa bancada, ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência concede mais cinco minutos.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Concedo o aparte ao Deputado Adalberto Daros e agradeço à liderança do MDB por ter me concedido mais cinco minutos.

O Sr. Adalberto Daros — Escutei com atenção o pronunciamento de V. Exa. Vi a preocupação dos homens do Governo, e, principalmente, do Deputado Fabiano Braga Cortes quando vem dizer ao Governo que promete e não cumpre. Dissera ele que V. Exa. estava injuriando, caluniando o Governo. Gostaria

apenas, meu nobre colega, de ler um ofício do Sr. Governador do Estado, que se prestou e teve a coragem de assinar.

Vou lê-lo, meus caros Deputados:

"Atendendo solicitação do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, da bancada da ARENA na Assembléia Legislativa, permito-me encaminhar a Vossa Excelência cópia do EDITAL DE CONVOCAÇÃO, para eleição do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro em Piraquara, neste Estado.

Acontece que, segundo a denúncia do Parlamentar, quem subscreve o aludido Edital, Zacarias Vieira, é funcionário dessa Autarquia e mantém em seu poder uma camioneta chapa branca, com a qual costuma percorrer o município de Piraquara, afim de conscitar os eleitores a se filiarem ao MDB.

Na certeza de que esses fatos denunciados pelo ilustre Deputado merecerão de Vossa Excelência a costumeira atenção, valho-me do ensejo para reafirmar-lhe minhas expressões de apreço e distinguida consideração.

JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Paraná"

Este ofício foi encaminhado ao Dr. Camilo Calazans, Presidente do IBC. Veja V. Exa. a que se presta o Governador. O pior de tudo é que o Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, aqui desta Assembléia, conforme inquérito que tenho em mãos, negou-se depois de confirmar isto. E o que houve? Não houve nada. Com isto o Governador pensa que vai brincar com homens como estes que trabalham, Presidente do IBC. Aí está a injúria, aí está a calúnia e vem com promessas e vem como V. Exa. bem disse, vem à Praça Pública de Goioerê, que eu bem conheço, isso sim, deveria pensar bem o que assina, e tomar atitudes de homem e não como esta.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Muito obrigado, meu caro Deputado Adalberto Daros. Aí está comprovada a honestidade do Governador do Paraná. Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu termino este ano no Legislativo fazendo um pedido ao Sr. Governador, e eu estendo o pedido, Sr. Presidente, também ao Deputado Antônio Ueno, e vou além, Sr. Presidente, estendo também o pedido ao Deputado Fabiano Braga Cortes, e vou mais além, estendo o pedido ao Prefeito de Goioerê, Vicente Okamoto ou levem o asfalto, ou devolvam as medalhas que ganharam, ao povo. Chega de promessa falsa, chega de politicagem e politicalha. É hora dos homens cumprirem as obrigações, não promessas. Porque é obrigação do Governo, devolver ao povo, o imposto pago em obras. Nós vamos aguardar, e que este Governador nos atenda, senão, Sr. Presidente, dia 02 ou três de março, mesmo para ser processado, por calúnia, difamação e injúria, como dizem os homens da ARENA, dispostos a um processo. Estaremos aqui em março, se o Governador não atendeu o nosso povo, para dizer, Sr. Presidente, que ele é mentiroso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Esta Presidência concede dez minutos mais para a liderança do MDB. Tem a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo a tribuna, atendendo solicitação do Deputado Osvaldo Macedo, líder da minha bancada, para que conste dos Anais desta Casa, o seguinte documento ;

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

1. "Temos informação, de que o Deputado Leonel Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, teve cassado o seu mandato e suspensos os seus direitos políticos com base no Ato Institucional número 5.

2. O Deputado Leonel Júlio foi eleito pelo MDB, mas nunca teve autoridade moral, política ou intelectual para falar em nome do MDB. Nunca pode se considerado um autêntico emedebista. É mais um desses elementos que entram nos partidos políticos enganando na imagem e na palavra. Ambos os partidos são vítimas desses espertos.

3. O MDB em nenhum momento defendeu esse deputado, nem tampouco justificou seus atos negligentes e irregulares. As mais abalizadas e autorizadas vozes do MDB sempre se levantaram para criticá-lo e para condenar suas atitudes. A última delas, foi a do Líder do Partido na Câmara Federal, Deputado Laerte Vieira.

4. Tanto não podia ser considerado emedebista que o deputado Leonel Júlio, procurou sempre manter-se simpático ao sistema a ponto de fantasiar-se de alcaguete, denunciando irresponsavelmente, emedebistas sérios e responsáveis como subversivos. O seu nome virou sinônimo de corrupção e de dedo-duro.

5. Ele estava em julgamento pelo Conselho de Ética do MDB paulista. Em julgamento dentro dos termos da Lei. De acordo com os estatutos do Partido. Deve se defender. Seria julgado. Inevitavelmente, condenado pelo Partido que ele não soube respeitar e honrar".

O MDB condenou a corrupção de Haroldo Leon Peres. O MDB condenou a corrupção do Governo Raimundo Padilha, no Estado do Rio. O MDB condenou a corrupção do Governo Cortes Pereira, no Rio Grande do Norte. O MDB condenou a corrupção no Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. O MDB condenou a irregular manipulação de verbas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao tempo em que era Ministro dos Transportes, o Sr. Mário Andreazza, tanto que o Tribunal de Contas da União obrigou a diretores daquele órgão à reposição de verbas. O MDB condenou as irregularidades comprovadas na administração Laudo Natel em São Paulo.

Mas o MDB, que sempre condenou a corrupção, sempre entendeu que qualquer crime só pode ser julgado pelo Poder Judiciário, em processo regular, em que o acusado tenha amplo direito de defesa. Tanto que, por mais de uma vez, da tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, estranhámos que os governos pós-1964 tenham sido enérgicos no combate à subversão, a ponto de imporem uma Lei drástica como a de Segurança Nacional, que contraria aos mais elementares princípios de direito, para combatê-la, não tenham tido o mesmo comportamento com relação à corrupção, elaborando e adotando legislação vigorosa para o seu combate. Será porque a corrupção é ato próprio de quem administra?

O que se pretendeu, a exemplo do episódio Wilson Campos, foi a "popularização do AI-5." Talvez tenha sido maior a preocupação com a popularização desse instrumento de exceção do que com a moralidade. Porque não foi o mesmo comportamento adotado com Leon Peres, Raimundo Padilha e outros que tais.

Que sirva o momento para a nossa condenação veemente às atitudes degradantes e imorais do Deputado Leonel Júlio. Mas que sirva também para confirmar nossa condenação aos atos de exceção. Somos democratas. Somos defensores dos direitos da pessoa humana. Porque sabemos que sobretudo os regimes fortes propiciam homens como Leonel Júlio.

Era o que continha o documento, Sr. Presidente.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Mesa concede a palavra à Liderança da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso, Sr. Presidente, que é com profunda tristeza que requeiro a V. Exa., mandar providenciar certidão das notas taquigráficas e mandar fornecer fita gravada que contém o pronunciamento do Exmo. Sr. Deputado Jayme Carvalho.

Digo que requeiro de V. Exa. estas providências com certa tristeza, Sr. Presidente, porque tenho a honra de ser amigo pessoal do eminente Deputado do MDB.

Mas, exerço nesta Casa, Sr. Presidente, a espinhosa missão de liderar um Partido e Liderar um Governo. Partido e Governo que prezo, que respeito e que, na medida do possível, dou a minha contribuição, para que as duas imagens estejam realmente

preservadas da maledicência.

Quando se afirma, e não foi impensadamente, porque repetidamente se usou as expressões de Governador medíocre, desumano, desleal e desonesto; quanto se acusa o Governador de ter comprado votos para vitoriar-se na última eleição, não pode e não poderia, Sr. Presidente, a Liderança deixar de requerer, para providências futuras, as certidões que inserem declarações tão sérias e tão comprometedoras para o Governador e para o Partido em cuja atividade administrativa ou política, tem procurado, Sr. Presidente, jogar o jogo, obedecendo, Sr. Presidente, os ditames da Lei Maior.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que admiro a Oposição quando da tribuna critica a administração, aponta erros, sugere soluções. Quando, respeitosamente, procura o diálogo que nunca lhes foi negado; mas, em si, afirmar que este Governador desonesto e, não se aludiu à figura jurídica do Governo do Estado mas, se procurou e, a expressão não foi Governo, foi Governador, cabe a nós que convivemos com ele, procurarmos saber em outra instância, dos detalhes, das acusações, porque não é possível, Sr. Presidente, que num município que a ARENA com um candidato só, vença as eleições, contra 3 candidatos da Oposição, 2 candidatos da Oposição, somando 75 por cento dos votos; que todo este povo, Sr. Presidente, seja aqui, nesta Casa, tido e havido como eleitor que não sabe, na sua expressiva maioria de dois terços da população, votar naquele em quem mais confia.

Sr. Presidente, o dinheiro que diz o eminente Deputado ter sido gasto na compra de votos, terá que ser esclarecido.

O SR. Jayme Rodrigues Carvalho — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. IVO THOMAZONI — Eu não aparteei o orador quando disse o que disse e, o orador não cedeu apartes aos homens da minha bancada quando os solicitaram. Quero, portanto, usar da mesma prerrogativa, sem ser grosseiro, para que possa, nos minutos 15 minutos que tenho, dizer que estranho a irritação demonstrada nos últimos dias, Sr. Presidente, nesta Casa, pela valorosa bancada do MDB. Chega-se ao excesso de falar, Sr. Presidente, com o respeito à figura de um Chefe de Poder, porque é faltar com o respeito, acusar alguém de desonesto, sem que lhe aponte qual o ato de desonestidade cometido no exercício da função pública.

A estrada tão falada pelo eminente Deputado, nem é de responsabilidade do Poder Público Estadual. Trata-se, Sr. Presidente, de uma estrada de responsabilidade do Governo Federal. Por que não atacou, o Deputado, o Sr. Presidente da República e o Ministro de Transportes, ou o Diretor do DNTER?

Por quê será? Que está vendo fragilidade na autoridade estadual?

Será que ainda existe receio de atacar-se àquele que pode usar do ato de exceção porque não existe ato de exceção a nível estadual?

E, será que sempre temos que ouvir, aqui, inverdades, calúnias e difamações como se nós não fôssemos, também, Sr. Presidente, os arenistas dignos do respeito que sempre devotamos a esses homens do MDB, como se não merecêssemos a mesma consideração, o mesmo respeito que devotamos quando nos referimos às lideranças maiores da Oposição.

Se fôssemos, Sr. Presidente, mais levianos, estaríamos aqui verberando sobre a atitude do Deputado emedebista, cassado que, no exercício de uma função administrativa, se houve mal, malversando os dinheiros públicos.

Mas, não o fazemos em respeito a nossos adversários do MDB. Porque, não fazemos "cavalo de batalha", nem tripudiamos sobre aqueles que estão na desgraça. Muito mais honroso seria dizer que o Deputado tinha sido vítima da prepotência. Mas, quando não se nega a validade do ato que expurgou da vida pública um desonesto, que se pretenda dizer, nas entrelinhas, que o homem era um servidor de nosso Partido, até para pre-

tender incompatibilizar a ARENA, o que era demais.

O que é verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nosso propósito é não ferir a sensibilidade dos Srs. Deputados.

Mas, estamos requerendo essas certidões, não para ameaçar o eminente Deputado, — porque não ameaçamos — tão somente para que se faça justiça, no futuro, àqueles que têm devotado a favor da causa pública.

O Sr. Fabiano Braga Cortes — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, talvez não devesse responder as palavras do Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, porque os companheiros desta Assembléia, tanto da ARENA, como do MDB, nos conhecem muito bem, como nos conhece o povo do Paraná.

Assistimos, com muita tristeza, o pronunciamento do Deputado Jayme Carvalho, referente à Rodovia de Campo Mourão-Goioerê, onde o Deputado apenas fala, mas jamais se dignou levantar sua voz, ou acompanhar o processo, o andamento, das obras para início daquela estrada.

Continuamos, com muito orgulho, representando Goioerê, nesta Casa, ainda mais pelos últimos resultados eleitorais.

Dissemos que iremos, como fomos, a Goioerê, de cabeça erguida, o povo nos entende. Respeitamos o trabalho do Prefeito daquela cidade e do Governador.

Já tivemos oportunidade de responder ao Deputado Jayme Carvalho: o Governo do Estado está fazendo muito em prol daquela cidade, saneamento, expansão de obras, verbas para combate à erosão, implantação de escolas, reformas em prédios, unidades do PREMEM, construída a pouco tempo, e tantos outros benefícios que o Governo do Estado do Paraná implantou em Goioerê.

O Deputado Jayme Carvalho falou da medalha que, com muita honra, recebemos, e do Governo que não constrói a Rodovia Campo Mourão-Goioerê.

Sabe o Deputado Jayme Carvalho quantas viagens nós fizemos às nossas expensas à Brasília, junto com o Prefeito Vicente Kamata. Quantas viagens fizemos ao Rio de Janeiro, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, onde já somos conhecidos dentro do DNER. A colaboração que o Estado deu a essa rodovia, foi o projeto que fez, e entregou ao DNER.

Mas vou dar mais explicações a respeito da estrada. Disse o Deputado que foi de fato anunciada a licitação; graças ao trabalho do Sr. Governador e do Prefeito Vicente Kamoto. Hoje, Sr. Deputado, a Rodovia Campo Mourão-Goioerê, e disse isso em praça pública foi aberta a concorrência pública para sua construção.

Temos a consciência tranqüila. Lá recebemos uma placa junto com o ilustre Governador Jayme Canet Júnior e o Deputado Antônio Ueno. Recebemos a placa nesta última eleição também. E sabem S. Exa. que o Governo Federal determinou corte de verbas, então, estivemos no Rio de Janeiro há 20 dias, junto com o Dr. Ademar e ele me explicou que o Conselho Econômico solicitou o retardamento de determinadas obras, mas após nossa visita, como bem divulgou "O Estado de São Paulo", se não me falha a memória de 25 do corrente, que essa rodovia está em prioridade 1 para a execução da obra. Que não foi cortado esse plano pelo Governo Federal.

Isso, Sr. Deputado, é que quero esclarecer à Casa, aos nobres Deputados desta Casa, da ARENA e do MDB. Talvez o Deputado Jayme Carvalho não saiba disso, porque o que S. Exa. sabe fazer é criticar e isso não pega mais, nem em Goioerê, nem em lugar nenhum, haja visto a votação que tivemos, sendo desconhecidos na região. E, hoje, nessa última eleição, o Prefeito fez 75 por cento da votação, graças ao trabalho municipal, porque vou a Goioerê seguidamente. Muitos não me vêem nas ruas, nos bares, mas é que estou conversando com Prefeito, conversando com o povo.

Agradeço o aparte que V. Exa. me permitiu oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). A Mesa comunica que está esgotado o prazo que lhe é reservado e lhe concede mais 20 segundos para terminar sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Vou concluir, dizendo, veja-se, aquilante-se, a diferença de linguagem dos Srs. Deputados. Quando falamos, colocamos acima de tudo, a responsabilidade da coisa pública, mas também o respeito, a consideração para com nossos adversários. Que no futuro esta Casa aprecie a reciprocidade de tratamento quando nos dirigimos uns aos outros. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Mesa suspende a sessão por 5 minutos e convoca os Srs. líderes Ivo Thomazoni e na ausência do Deputado Osvaldo Macedo, o Deputado Domício Scaramella, para trocarmos impressões sobre a sessão de hoje.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Está reaberta a sessão.

Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 232/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Assaí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Diogo Antônio Feijó, da sede daquele município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 232/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Assaí, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Diogo Antônio Feijó, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 233/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Itaguapé, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual e o Grupo Escolar daquele município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 233/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Itaguapé, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual de Itaguapé, e o Grupo Escolar Presidente Vargas, da sede do referido município.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 234/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ARARUNA, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, do referido município.— APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 234/76.**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de ARARUNA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Princesa Izabel, o Grupo Escolar João Pessoa, o Grupo Escolar Rui Barbosa, o Grupo Escolar Joana D'Arc e o Grupo Escolar Castelo Branco, no referido município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 235/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, e o município de FLORAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.— APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 235/76.**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de FLORAÍ, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 236/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de LOANDA, objetivando obras de controle da erosão urbana, no referido município.— APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 236/76.**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de LOANDA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 237/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IRATI, objetivando reparos nos prédios onde funcionam diversas unidades escolares e a segunda Companhia Policial do Primeiro Batalhão da Polícia Militar, naquele município. APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 237/76.**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de IRATI, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR FRANCISCO VIEIRA DE ARAÚJO, o GRUPO ESCOLAR PAPA JOÃO XXIII, o GRUPO ESCOLAR DUQUE DE CAXIAS, o GRUPO ESCOLAR PADRE WENCESLAU e o prédio da Segunda Cia. Policial do Primeiro Batalhão da POLÍCIA MILITAR, da sede do referido município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 238/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de IBIPORÃ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL OLAVO BILAC, naquele município.— APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 238/76.**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de IBIPORÃ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL OLAVO BILAC, na sede do referido município.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 239/76, que aprova o Termo Aditivo entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de NOVA LONDRINA, objetivando construção de prédio para a Delegacia de POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, no referido município.— APROVADO.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 239/76.**
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 12 de julho de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, e o município de NOVA LONDRINA, objetivando a construção de prédio desti-

nado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 144/76, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que dá nova redação a tabela VIII, da Lei 6149, de 09/09/70, (REGIMENTO DE CUSTAS). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade, EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 144/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — A Tabela VIII, constante da Lei 6149, de 09/09/70 - (Regimento de Custas), passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA VIII

ASSOCIAÇÕES:

I - A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, por feito de natureza contenciosa. Cr\$ 1,50.

II — À Associação do Ministério Público, por feito em que intervenha o respectivo representante Cr\$ 1,50

III — À Associação dos Magistrados do Paraná, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro Cr\$ 1,50.

IV — À Associação dos Serventuários da Justiça, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em livros notariais e de registro Cr\$ 1,50.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 144/76.

De autoria do nobre Deputado GILBERTO CARVALHO, o presente Projeto de Lei 144/76, tem por finalidade dar nova Redação à Tabela VIII constante da Lei 6149 de 09 de setembro de 1970 (Regimento de Custas do Estado).

De acordo com a presente redação, são atualizadas as importâncias atribuídas, às entidades e Associações, além da inclusão da Associação dos Serventuários da Justiça, na aludida Tabela.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 144/76.

De autoria do nobre Deputado GILBERTO CARVALHO, visa o presente projeto de lei dar nova redação a Tabela VIII da Lei 6149, de 9 de setembro de 1970.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente à matéria.

A justificativa nos convence da oportunidade e conveniência deste plano de lei.

No âmbito desta Comissão, portanto, nada vemos que possa servir de obstáculo à sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de dezembro de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. JÁCOMO BASSANI.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. LAURO PEREIRA CORDEIRO, ocorrido na cidade de Londrina.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à MESA EXECUTIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, consubstanciado em pedido de informações, sobre em que fase se encontra a tramitação de projeto de lei de autoria de Srs. Deputados federais da Bancada Paranaense, com o objetivo da extinção sumária da exigência de exames psicotécnicos para habilitação de motoristas.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. LUIZ CARLOS MARTINS SWARÇA, pela sua nomeação e posse nas elevadas funções de Chefe do Serviço Regional de Assistência à Cafeicultura, com sede em Londrina. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que seja criado e instalado, com a máxima urgência, um Colégio Técnico Agrícola, no município de Palotina. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja providenciado a implantação do ensino de segundo grau, na sede do município de IRETAMA.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe dos motivos que levaram os responsáveis pelo Posto de Saúde, da localidade de São Jorge, no município de ALTÔNIA, a não reabrir suas portas, após as eleições de 15 de novembro p.p.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e à Secretaria da Agricultura, encarecendo providências para evitar que barcos pesqueiros originários do Estado de São Paulo, continuem a prática do arrastão, em prejuízo à economia do município de Guaraqueçaba e do nosso Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam instalados postos telefônicos nas localidades de Rancho Alegre, Bandeirantes D'Oeste e Jaracatiá, no município de Goioerê.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (DOMÍCIO SCARAMELLA) — Concedo a palavra, para explicação pessoal, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. (PAUSA). Não se achando presente, concedo a palavra ao Deputado Adalberto Daros, para explicação pessoal. O SR. ADALBERTO DAROS — Eu declino, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia e, sábado, às 14,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 240/76, 241/76 e de Lei 101/76, 122/76, 123/76, 118/76 124/76, 133/76 e 134/76.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 144/76.

Levanta-se a sessão.